PROGRAMA DE GOVERNO

(Texto preliminar para debate)

GOVERNADORA CAMILA VALADÃO

VICE WILSON JUNIOR

“*O significado do programa é o significado do partido... Mas o que é o Partido? Em que consiste sua coesão? Esta coesão reside numa compreensão comum dos acontecimentos e das tarefas e é esta compreensão comum o programa do partido*”.

(Leon Trotsky)

APRESENTAÇÃO

O PSOL Espírito Santo apresenta a sociedade capixaba a síntese dos debates sobre programa, construído a partir da discussão com militantes do Partido, movimentos sociais e estudiosos.

Para nós, o processo é tão importante quanto o resultado. Por isso, durante o período que se abre com a campanha eleitoral daremos continuidade ao processo de debate público. Entendemos que é papel das organizações políticas convocar a sociedade ao debate e apresentar sua visão de mundo, opções estratégicas e princípios que devem balizar suas ações.

Este é um texto inicial, feito a muitas mãos. Mãos de militantes sociais, profissionais, servidores públicos, trabalhadores de vários segmentos, acadêmicos. Queremos que estas mãos se multipliquem!

Neste sentido, essa plataforma política, ainda em debate, deve expressar os anseios do povo capixaba, as vozes da jornada de junho, as milhares de pessoas que estiveram nas ruas indignadas com essa velha política e lutando por mais direitos e liberdades. Essa plataforma está estruturada, a partir de três eixos: **Poder ao povo, o Estado a serviço do povo e mais direitos e mais liberdades.**

Vamos ao debate!

Camila Valadão e Wilson Junior

1. PODER AO POVO

As mobilizações de junho de 2013 demonstraram a crise de representação da política tradicional e suas instituições, especialmente para as novas gerações. A democracia brasileira não têm respondido aos interesses da maioria do povo. São instituições capturadas pelo poder econômico, corroídas pela corrupção e pela impunidade e distanciadas de uma representação legítima da população. Os processos eleitorais, instrumento de legitimação dos governantes, constituem-se em grandes espetáculos de marketing, de enganação e falsas promessas.

Para o PSOL, o poder vem da participação popular, das ruas, da radicalização da democracia. Por isso, somos contrários a qualquer forma de criminalização e repressão as mobilizações e manifestações. Somos contrários às tentativas de violação do direito de greve, garantia fundamental na luta por melhores condições de vida e de existência.

Em nosso governo, vamos garantir e ampliar os espaços democráticos de participação, como conselhos e audiências públicas, de maneira que o povo tome a política em suas próprias mãos, para colocá-la a serviço dos interesses da maioria. Ao mesmo tempo incentivaremos a participação dos setores historicamente alijados da vida política, como mulheres, negros e outros setores sociais hoje sub-representados.

2. O ESTADO A SERVIÇO DO POVO

2.1 Desenvolvimento econômico, social e ambiental

O Espírito Santo é apontado como um dos Estados que mais tem crescido no período recente, no entanto, continua com uma participação diminuta no PIB nacional. De acordo com o IBGE, o PIB do Estado em 2010 foi de R$82 bilhões de

reais, o que representa apenas 2,2% na participação do PIB do país. Em 2002, essa participação era de 1,8% do PIB nacional.

Ao analisarmos esse “desenvolvimento” constataremos que os governantes do bloco hegemônico Hartung-Casagrande impuseram aos capixabas um crescimento com sérios impactos sociais e ambientais, que privilegia os grandes projetos e os interesses privados.

As atividades econômicas são desenvolvidas a partir dessa perspectiva, de forma a garantir a manutenção de um ambiente privilegiado para o setor privado com estabilidade e incentivos, principalmente pela via da renúncia fiscal, ou isenção, e na aprovação de diversos grandes projetos porto-industriais por toda a costa marítima do Estado.

A renúncia fiscal, forma perversa de transferência de renda pública, tem onerado os cofres capixabas em bilhões de reais. Em 2010, o Estado abriu mão de arrecadar cerca de R$810 milhões em tributos, o que representou 8,8% das receitas com Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A partir de 2015 o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada pela ALES prevê a renuncia fiscal de R$1.011.293,00, todos relacionados aos chamados contratos de competitividade (COMPETE- ES).

O governo Casagrande apenas deu continuidade à política de incentivos fiscais deflagrada pelo antecessor, Paulo Hartung. A lista das 20 maiores empresas beneficiadas pelo Programa de Incentivo ao Investimento no Estado (Invest-ES) na era Hartung evidencia o privilégio aos grandes projetos e empresas multinacionais. No topo da lista das empresas beneficiadas estão as integrantes dos grandes projetos: Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), Companhia Siderúrgica de Tubarão, Sol Coqueria Tubarão S/A (subsidiária da CST).

Os favorecimentos nos licenciamentos ambientais também são escandalosos. A falta de fiscalização dá margem a agressões ambientais que significam uma grave queda na qualidade de vida do capixaba, a exemplo do pó das mineradoras instaladas na capital e da fábrica de celulose instalada na cidade de Aracruz.

E os benefícios para a população? Empregos, segundo dizem os defensores desta visão. Não dizem que os empregos mais bem remunerados dependem de conhecimentos que o governo capixaba não disponibiliza para a população, e que estas empresas trazem consigo uma série de profissionais para aqui se instalar. Não dizem também que os empregos trarão uma série de cidadãos de outras localidades que também disputarão as poucas vagas. Não há qualquer medida preventiva quanto ao inchaço populacional causado. E com tudo isso, quem ganha? As grandes empresas aliadas ao capital estrangeiro, que se instalam no ES a baixíssimo custo e conseguem enormes taxas de lucro. Ganha também os políticos cujas campanhas eleitorais elas financiam. Neste sentido, é necessária a revisão imediata dos programas de concessão de incentivos fiscais aos grandes investimentos no Estado.

Nós, do PSOL, acreditamos em outro modelo de desenvolvimento, através de uma política econômica que combata a desigualdade social com investimento nas políticas sociais e com o fim das privatizações, das terceirizações e das isenções fiscais ao empresariado, invertendo prioridades, buscando atendimento das necessidades e reivindicações mais sentidas dos setores populares.

2.2 Um modelo agrícola que atenda às necessidades da população

O atual modelo agrícola é excludente. Baseado na grande propriedade, no uso indiscriminado de agrotóxicos e na cultura de exportação, não serve para atender às necessidades dos camponeses e da população em geral. Atende apenas aos grandes proprietários de terra e às empresas agrícolas, agredindo o meio ambiente e pressionando as populações ao êxodo rural. Para mudar esse quadro, no nosso governo implementaremos:

- uma política de fortalecimento da agricultura familiar, baseada em incentivos fiscais, capacitação técnica e linhas de financiamento adequadas à realidade deste setor;
- incentivos a culturas de espécies que possam ser processadas e consumidas no próprio estado, criando ciclos locais e sustentáveis;

- defesa da agroecologia como visão sustentável da agricultura: contratação de técnicos especializados no tema para capacitar os agricultores do Estado;
- defesa da sobretaxação da monocultura e da grande propriedade como forma de desestimular este modelo, criando, com o dinheiro arrecadado, um fundo de apoio à agricultura familiar e sustentável;
- fiscalização rigorosa, em especial nos grandes empreendimentos, sobre o uso dos produtos agrotóxicos, punindo os que agridem o meio ambiente;
- um zoneamento agroecológico e agrário, ordenando a ocupação e uso da terra e de outros recursos naturais, em especial da água;
- criação de programas de assistência técnica e social destinados às populações do campo, levando em conta suas particularidades e suas características de gênero e de etnia;
- criação de programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar para as instituições públicas;
- estímulo à integração dos pequenos produtores a redes de comércio justo e de economia solidária, e criação de mais espaços de venda direta (feiras, hortomercados, mercados municipais).
- construção de um ambiente de conhecimento e pesquisa tecnológica voltado para a pequena produção agropecuária, integrado com a proposta de criação de uma Universidade Estadual, com *campi* avançados para ensino, pesquisa e extensão.

2.3 Terra para quem nela trabalha! Em defesa da democratização do campo

O modelo fundiário do país é tão excludente quanto o modelo agrícola. Muitos títulos de propriedade têm origens absolutamente desconhecidas, e assim o poder público, que deveria organizar a distribuição de terras, de modo a corrigir eventuais injustiças, deixa que a lei do mais forte prevaleça no campo, quando se trata de título de propriedade. Nosso governo enfrentará a grilagem e terá papel ativo na questão fundiária com as seguintes medidas:

a) identificação de todas as terras públicas e a sua extensão, priorizando áreas em que há conflito agrário, constituindo um cadastro de terras públicas (onde estão as terras, em que mãos estão, quais as condições de uso);

a.1) recuperação da posse de todas as terras públicas que estejam sendo usadas indevidamente por grandes empresas e grandes proprietários;

a.2) titulação das terras que estejam sendo ocupadas por agricultores familiares, estabelecendo, neste caso, a inalienabilidade das terras, permitida a transmissão hereditária;

b) revisão dos processos de concessão de terras públicas a grandes empresas e grandes proprietários. Nos processos em que forem encontradas irregularidades, cancelar as concessões, cobrar o valor equivalente ao tempo de uso e retomar as terras.

b.2) cancelamento dos títulos de propriedade que não tiverem origem no próprio Estado.

c) destinação de todas as terras públicas recuperadas ao assentamento de trabalhadores rurais sem terra, a filhos de pequenos produtores familiares e comunidades tradicionais (quilombolas e indígenas).

2.4 Investir em ciclos produtivos locais e sustentáveis

O Espírito Santo tem muitos potenciais econômicos ofuscados pelo papel historicamente relegado de ser corredor de escoamento de mercadorias produzidas em outras regiões e exportador de matéria prima. Para nós, do PSOL, que não dependemos dos grandes empresários, nem os daqui nem os de outras regiões, o Espírito Santo tem capacidade de estabelecer outra lógica econômica – a lógica da inversão de prioridades.

A economia não deve ser orientada pelas prioridades dos grandes empresários, parcela diminuta da população. Devemos pensar em um modelo econômico que seja melhor para um maior número de pessoas. Que empregue mais gente e que remunere melhor. Que forneça produtos melhores.

No nosso governo, usaremos todos os instrumentos públicos de planejamento e incentivo econômico para criar *ciclos econômicos locais e sustentáveis*. Faremos isso estimulando a utilização de matéria prima disponível na própria região (por exemplo, rochas ornamentais, frutas nativas e as bem adaptadas), a criação de pequenas unidades de beneficiamento e fabricação – em especial sob a forma cooperativa – que processem e produzam mercadorias que possam ser comercializadas e consumidas no próprio Estado. Assim, criando pequenos ciclos produtivos, pretendemos que a riqueza gerada seja mais bem aproveitada por quem a produziu.

2.5 Serviços para gerar emprego e aproveitar nossos potenciais

O que constatamos na realidade capixaba é que a sociedade não “cresce” (ambiente natural, saúde, educação, moradia, mobilidade humana, segurança, trabalho, renda, equidade, aposentadoria digna) junto com a economia, mas a ela se subordina. Verificamos ainda que a eliminação de muitos “postos de trabalho” e as precárias “relações de trabalho” geram insegurança, desigualdades, empobrecimento e violência. Além disso, têm-se fortes indícios de que o crescimento econômico alcançado não foi capaz de melhorar as condições de vida da maioria da população do Espírito Santo.

Obter uma vaga no “mercado de trabalho formal” hoje não é uma tarefa fácil para o grande contingente de homens e mulheres, sobretudo os das cidades mais afastadas da Região Metropolitana. Àqueles e àquelas que sempre viveram à margem – no chamado “mercado informal” – somam-se um contingente de trabalhadores imigrantes, os demitidos com a eliminação de “postos de trabalho” e os jovens ingressantes.

A resposta do Estado brasileiro para o enfrentamento da situação tem sido a implementação de “políticas públicas”, em suas variadas denominações: “consórcio da juventude”, “primeiro emprego”, “requalificação profissional”, “programaincluir”, “crediamigo”, “credjovem” etc. Todas têm em comum o reconhecimento cabal da impossibilidade de inclusão social, via “mercado de trabalho”. Para compensar tal

situação, o sistema estatal mais diretamente voltado para a problemática do “emprego e renda”, estimula a busca de alternativas de ocupações disseminando os conceitos de “empregabilidade” e de “empreendedorismo” como “remédio para todos os males”.

Em nossa concepção, o Estado deve exercer um papel estratégico de criação de espaços econômicos passíveis de serem ocupados por segmentos de baixa renda, de modo a integrá-los num processo que lhes permita a obtenção de melhores condições de existência com relativa autonomia. O Estado pode incentivar, também em parceria com os municípios, a formação de grupos de produtores e produtoras, proporcionando alternativas de geração de renda que ajudariam, inclusive, a fortalecer a economia local.

Do ponto de vista programático, a formação de grupos produtivos tem por perspectiva um modo de desenvolvimento econômico e social voltado para a integração socioeconômica desses segmentos da população. O eixo estratégico deverá ser orientado pela busca de superação da situação de vulnerabilidade e pobreza das famílias. Nesse sentido, trata-se de uma política pública de geração de renda e fortalecimento financeiro desses grupos, sem se caracterizar como uma política compensatória tradicional, posto que balizada pela via produtiva de elevação de renda, e não pelo fomento ao consumo das famílias.

Para tanto, além da mobilização e organização de grupos produtivos, devemos garantir a elevação da escolaridade, qualificação tecnológica, aquisição de equipamentos e canais de comercialização de produtos e serviços, incluindo-se um marco legal adequado que possibilite sua participação no contexto das compras governamentais.

Deste modo, incentivaremos à criação de cooperativas ou mesmo associações de trabalhadoras e
trabalhadores, a partir de:

- Programa de incentivos e de acompanhamento a empreendimentos econômicos solidários e autogestionários;

- Incentivos fiscais e tributários;
- Fundo estadual e crédito para aquisição de tecnologia, formação técnica e política e compra comum de equipamentos;
- Programa de compras governamentais de bens e serviços.

2.6 Um turismo sustentável

Também pretendemos fazer crescer o turismo no Estado. Esta é uma grande vocação, até então subaproveitada. Isto porque para os governos anteriores e para os demais candidatos, os “grandes projetos” são mais importantes do que a preservação e visitação de nossas cidades.

O turismo pode ser uma atividade econômica agradável e que crie renda e qualidade de vida para a população local. Desde que bem orientado. É preciso fortalecer o turismo sustentável, receber bem os visitantes e oferecer produtos de qualidade e de bom preço. Isto só é possível pensando em fortalecer e priorizar os pequenos empreendimentos turísticos e a associação cooperativa dos prestadores de serviços do setor.

O nosso governo vai privilegiar os pequenos e médios empreendimentos e a forma cooperativa. Incentivaremos os pequenos e médios restaurantes e pousadas, associações de artesãos e de guias turísticos. Criaremos cursos específicos para prestadores de serviço e populações de locais turísticos, que discutam como receber os nossos visitantes.

Realizaremos pesquisas em nossas áreas turísticas sobre a diversidade biológica, relíquias históricas, patrimônios culturais e outros atrativos. Estruturaremos uma política de preservação e divulgação destes bens, para termos um fluxo turístico mais constante.

2.7 Meio-ambiente: do global para o Estado, numa perspectiva ecológica, popular e socialista

Não há dúvidas de que o mundo está imerso em uma crise socioambiental planetária de proporções ainda não vividas pela sociedade humana. Sua face mais visível, mas não única, são o superaquecimento da Terra e as mudanças climáticas. Na verdade, essa crise se relaciona com a atual configuração do modo de produção capitalista, com seu modelo de desenvolvimento, a um só tempo fossilista e produtivista-consumista, e um modo de vida das elites econômicas mundiais baseado no consumo perdulário, que são, a um só tempo, ambientalmente insustentáveis e socialmente injustos; não só em escala regional ou nacional, mas em nível planetário.

Nesse cenário, a tarefa premente em relação à dimensão ambiental no Espírito Santo será explicitar a construção de uma cultura de gestão radicalmente democrática, socialmente justa e ambientalmente responsável para o Estado, de modo a combater o desenvolvimento desta crise, compreendendo a relação existente entre o local e o global. Isso significa expor uma crítica à generalização das práticas de desenvolvimento insustentável, do ponto de vista urbano, ambiental e social, que se expressam através de medidas que consolidam o consumismo, com sua contrapartida "exclusão social", e de políticas que fortalecem o capital imobiliário, o transporte privado, o crescimento de uma matriz energética indesejável, a degradação de espaços verdes, a apropriação privada dos espaços públicos, pois no capitalismo a interação entre homem e natureza é direcionada pela busca constante do lucro, que só é possível pela exploração descontrolada do trabalhador e da natureza.

De modo simultâneo deveríamos também abordar a questão ambiental de maneira a evidenciar que são invariavelmente os mais pobres, aqueles que mais sofrem com o aprofundamento da degradação ambiental. Neste sentido, é preciso que o debate sobre a perspectiva ambiental invada o Estado do Espírito Santo, pois este é o grande desafio de nosso tempo.

Um governo ecossocialista deve romper com essa lógica, adotando uma política de desenvolvimento voltada para a harmonização entre a inclusão social e a preservação dos recursos naturais imprescindíveis à qualidade de vida dos cidadãos. Nesse sentido, tomaremos as seguintes medidas:

- promover o estímulo a um novo padrão de consumo, só factível com o fim da cultura da descartabilidade, do desperdício e da obsolescência planejada. Isso será viabilizado com apoio logístico da SEDU ao desenvolvimento de projetos pedagógicos ambientalistas nas escolas públicas e privadas.
- modificar o critério de implantação de grandes projetos desenvolvimentistas do Espírito Santo. As decisões relativas à exploração de minérios e de combustíveis fósseis, o uso de recursos hídricos e as atividades de alto impacto ambiental (como a produção de papel e celulose, a extração de pedras ornamentais, etc) serão tomadas a partir de critérios não-monetários que incorporem o ideal de preservação dos recursos para as gerações futuras.
- estabelecer a fiscalização pública eficaz sobre os grandes empreendimentos desenvolvidos no Estado, mediante a utilização de aparelhos adequados de medição dos níveis de poluição, imputação de vultosas multas, e requisição das medidas judiciais cabíveis contra as empresas que não se adequarem aos interesses ambientais difusos.
- criar um fundo específico de recuperação ambiental.
- combater de forma eficaz a poluição sonora nos grandes centros urbanos do Espírito Santo, mediante a aplicação rigorosa das legislações pertinentes ao Disque-silêncio .
- apoiar, a partir de convênio entre o Estado e a União, estudos sobre a viabilidade do estabelecimento de matrizes energéticas não poluentes no Espírito Santo, tais como as fábricas de energia eólica e solar.
- subsidiar as fábricas de reciclagem do lixo e estabelecer convênios com as Prefeituras para viabilizar a coleta seletiva e o reaproveitamento do lixo aproveitável.

2.8 Serviço público: concurso e valorização para melhor atender a população

Verificamos nos últimos anos no Brasil, uma intensa campanha para desqualificar o serviço público, tratando-o como lócus de corrupção e desordem. Por outro lado, os salários foram desvalorizados, garantias foram revistas ou reduzidas, os planos de carreiras não contemplam os anseios das categorias, falta estrutura para desenvolvimento das funções e valorização aos profissionais.

No Estado do Espírito Santo o quadro do funcionalismo público é imoral. Dos 56.786 servidores ativos do Estado, 42,6% correspondem a funcionários comissionados e em designação temporária, os chamados DT´s. De acordo com dados de novembro de 2011 da Secretaria de Gestão e Recursos Humanos (SEGER), os comissionados e DT´s, na administração direta e indireta, somavam 24.231 servidores, 20.792 DT´s e 3.439 comissionados.

Com relação aos comissionados, que são 2.384 na administração direta, as secretarias de justiça (538 comissionados) e saúde (336 comissionados) lideram a lista. Para se ter uma ideia da distorção, das 25 secretarias do Estado apenas em 8 delas o número de efetivos supera o de comissionados.

Se o número de comissionados é imoral, o de funcionários em designação temporária é assustador. Ao todo, na administração direita e indireta, são 20.792 DT´s. A Secretaria de Educação é a grande responsável por esse verdadeiro exercito de DT´s na administração pública do Estado, com 14.825 servidores enquadrados nesse regime. A Secretaria de Saúde aparece em segundo lugar com 3.105 DT´s, seguida pela Secretaria de Justiça, com 1.715 temporários, a maioria agente penitenciário. Na administração indireta, a maior distorção aparece no Instituto de Atendimento Socio-Educativo do ES (IASES), vinculado a SEJUS, com 939 DT´s.

O excesso de cargos comissionados e funcionários em designação temporária afeta a qualidade do serviço público e descontinuidade das políticas. Por isso, o PSOL defende o servidor público efetivo e valorizado, como sujeito estratégico no atendimento qualitativo as demandas da população.

Propomos:
- promoção de concurso público em todas as áreas do serviço público, restringindo as contratações temporárias apenas aos casos emergenciais;
- aumento real do salário dos servidores;
- garantir condições adequadas de trabalho em todas as instituições públicas de forma a atender com dignidade a população;
- Revisão e implementação dos planos de carreiras e regulamentação do auxílio-

creche e do adicional insalubridade;
- estabelecimento de diálogo permanente com os servidores, por meio de consultas e negociações com o sindicato e as associações profissionais da categoria;
- implementar planos de formação e qualificação permanentes, adequados às necessidades dos servidores e dos usuários dos serviços públicos.

3. MAIS DIREITOS E MAIS LIBERDADES

3.1 Saúde

Compreendemos a saúde a partir de uma perspectiva ampla, socialmente construída e materializada no espaço onde as pessoas vivem, onde as pessoas se relacionam, constroem laços afetivos, se transformam e transformam o mundo**.** Saúde não significa apenas ausência de doença, ao contrário, articula com várias dimensões da vida:

Saúde é natureza - ao agredir a natureza, agredimos não só uma possibilidade de continuidade da vida, de destruição de várias existências de plantas e animais, também agredimos o corpo diariamente com os agrotóxicos, com a água poluída, com doenças infecto-contagiosas causadas pela poluição e falta de saneamento.

Saúde é educação - uma sociedade com acesso a boas escolas e boa educação é uma sociedade que adoece menos por doenças consideradas negligenciadas ou doenças infecciosas que poderiam ser evitadas se as pessoas tivessem acesso a informação sobre prevenção.

Saúde é lazer - o bem viver implica em possibilidades de brincar, sonhar, ter momentos lúdicos, ter momentos de ócio, de dançar a vida e deixar a vida te levar por alguns instantes. A saúde está diretamente relacionada a possibilidade de viver de outros modos que não os modos ofertados pela sociedade de consumo e de produção que nos impele a todo o momento a achar que tempo é dinheiro. Poder contemplar a vida também é um modo de garantir a saúde.

Saúde é moradia - viver em áreas de risco, sob a ansiedade constante de ser arrastado pela chuva, viver em favelas sem condições de saneamento, viver isolado em quadrados que não tem verde nem ar, são produtores de adoecimento. A habitação de qualidade define os indicadores de doença de uma comunidade e é o retrato da desigualdade em saúde.

Saúde é mobilidade - uma sociedade cuja mobilidade é construída nos patamares da indústria automobilística, onde a identidade de um povo é marcada pelo desejo de possuir um carro importado é extremamente adoecedora. A movimentação de pessoas em uma cidade que promove saúde, passa pelo acesso a ciclovias e a motovias, oferta de transportes coletivos que tenham qualidade e agilidade. Veículos não poluentes, regulados e subsidiados pelo poder público. **Garantir o deslocamento das pessoas a pé com segurança e acessibilidade é movimento indispensável a promoção da saúde.**

Saúde é cultura - produção de arte, literatura, música é um modo de produzir saúde através da memória preservada, da história recontada em outros modos. A capacidade de recriação e de reinvenção de um povo é um elemento produtor de saúde.

Neste sentido, a saúde é direito de todas/todos e dever do Estado. Um Estado comprometido com os valores de uma sociedade socialista tem a responsabilidade de garantir uma saúde pública, gratuita, de acesso universal a toda a população, garantindo que todo cidadão terá atendimento integral em todos os níveis de complexidade do serviço, além de pautar a garantia de priorização de atendimento para os que mais necessitam, respeitando e valorizando as diferenças de raça, etnia, gênero, orientação sexual e outros modos de vida. Um Estado que garante o direito a saúde, organiza uma gestão compartilhada cujos mecanismos de participação da sociedade na tomada de decisão são garantidos por instrumentos formais e informais de definição de políticas, além de ter como centro de sua atuação, a promoção da saúde, não a doença.

Infelizmente, a saúde numa sociedade capitalista e neoliberal como a que vivemos é um negócio, uma mercadoria. É uma perspectiva de saúde que nega à gestante um parto seguro e acompanhamento responsável, nega a criança o direito de viver mais e melhor, que nega ao “louco” a possibilidade de ser atendido nos seus momentos de surto, que nega a diferença, nega o atendimento de qualidade ao cidadão comum, onde 30 a 40% de pessoas que estão nas filas de atendimento morrem ou desistem de esperar porque não há um acompanhamento dessa espera. Saúde que nega o direito das mulheres de decidir sobre seu corpo, que nega atendimento a adolescentes em situação de abortamento, que reforça os estigmas aos usuários de drogas ilícitas, nega o direito de acolhimento e escuta de problemas ocasionados por essa mesma vida desumana e adoecedora que produzimos cotidianamente neste modelo cruel de sociedade.

Na contracorrente dessa tendência, a partir de muitas lutas sociais, especialmente nos anos 1980, a partir da mobilização de movimentos populares, sindicais, estudantis e setores da academia em favor do que ficou conhecido como reforma sanitária brasileira, garantiu-se o direito universal à saúde, a partir da Constituição de 1988, e posteriormente, estruturou-se o Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde).

Desde a aprovação da lei do SUS nos anos 1990, sua implementação vem sendo feita de modo precário, ainda respaldado na perspectiva do estado mínimo. Nos últimos anos, uma série de serviços públicos de saúde foram terceirizados e privatizados, das mais diversas maneiras e pelos mais diversos governos. Uma de nossas tarefas é denunciar todas essas formas de privatização e terceirização da saúde: Organizações Sociais (OS’s), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP’s), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas, reforçando a necessidade que o direito seja garantido de forma estatal e gratuita, sob gestão e gerência estatal.

Por isso, o PSOL segue defendendo o projeto histórico da reforma sanitária brasileira e um sistema de saúde com acesso universal, integral, gratuito e equânime. Propomos:

1) Saúde do trabalhador

Atualmente, um grande números de trabalhadores tem adoecido, seja por razões físicas ou psíquicas. Isso ocorre porque passamos a maior parte de nossa vida em nossos trabalhos (ou no trajeto para eles), especialmente nos grandes centros urbanos.

Queremos ampliar e fortalecer os CEREST's (Centros de Referência em Saúde do Trabalhador), capacitando equipes multidisciplinares de trabalhadores da saúde (Clínica Ampliada) para as demandas oriundas da saúde do trabalhador.

Além de proteger e promover a saúde do Servidor Estadual, através de ações de vigilância, visitas aos locais de trabalho, mapeamento dos riscos de trabalho (físicos, biológicos, ergonômicos, psíquicos, etc.).

2) Política de medicamentos

Um dos grandes nós do financiamento da saúde brasileira está na política de medicamentos. A segunda maior indústria de mundo é a farmacêutica, ficando atrás somente da indústria bélica. O SUS e a Constituição garantem o tratamento integral e a assistência farmacêutica está inserida nisso. Por outro lado, no Brasil não temos produção própria de medicamentos (salvo honrosas exceções), fazendo com que os governos estaduais tenham que arcar com a compra de medicamentos de grandes laboratórios, que muitas vezes chegam a cobrar mais de R$10.000,00 por um único comprimido.

Por isso, queremos criar uma empresa pública de medicamentos (de gerência e gestão estatal), com o objetivo de produzir, pesquisar e desenvolver medicamentos e novos tratamentos, fazendo com que o poder público dependa cada vez menos da poderosa indústria farmacêutica.

3) Hospitais regionais

O melhor hospital do interior não pode ser uma ambulância para os hospitais da

capital. Todos os dias, milhares de pessoas vão para a Região Metropolitana em busca de tratamento, em ônibus e vans que passam a noite em estradas esburacadas e perigosas. Para além disto, frente a entrega de diversos hospitais gerais para modelos privatizantes de administração, como o caso do Hospital Estadual Central, do Jayme dos Santos Neves e do São Lucas, nosso governo vai agir na contramão desta precarização, reestabelecendo a gerência estatal em todos os serviços de saúde públicos no âmbito estadual.

Desta forma, defendemos a construção de hospitais regionais, a partir de um planejamento que leve em consideração as quatro regiões de saúde do estado (Norte, Centro, Metropolitana e Sul), na perspectiva de descentralizar o acesso à saúde nos níveis de atenção de média e alta complexidade.

4) Escolas de saúde pública

Um governo socialista certamente deve investir na formação dos profissionais de saúde, garantindo um espaço de contra-hegemonia ao ensino de saúde que hoje é feito na maior parte das faculdades e universidades brasileiras.

Por isso, nossa proposta é de criar uma Escola Estadual de Saúde Pública, visando prestar suporte na formação continuada dos profissionais da rede, ofertando cursos de capacitação e educação popular em saúde. Além disto, fortaleceremos as iniciativas já existentes como a Escola Técnica do SUS (da Prefeitura de Vitória) e a Escola de Serviço Público do Espírito Santo, fazendo com que estes espaços estejam a serviço dos trabalhadores de saúde, de estudantes e de toda a população.

5) Saúde da mulher

Entendemos que numa sociedade machista e sexista, as mulheres tem diversas negativas de direitos, sobretudo no que tange as questões reprodutivas. No que diz respeito a saúde da mulher, o governo socialista do PSOL garantirá atendimento humanizado e realização do aborto legal, conforme previsto em legislação do nosso país.

Além disso, construiremos casas de parto humanizado, a fim de garantir a realização do parto natural, com técnicas humanizadas, acompanhado de uma equipe multiprofissional (doulas, enfermeiros, psicólogos, educador físico, médicos, etc) e da família.

Propomos ainda:

- Garantir o acesso à saúde para as mulheres em situação de violência, com implantação de serviços específicos para atendimento às vítimas de violência e suas famílias, inclusive para aquelas em situação de encarceramento.

- Implementar e acompanhar a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da Mulher e a Política Estadual de Atenção à Saúde da População Negra no Hospital da Mulher.

- Realizar concurso para a contratação das/os profissionais de saúde no Hospital da Mulher.

- Desenvolver capacitação continuada dos/as profissionais de saúde e de gestores/as, garantindo o atendimento humanizado e a autonomia das mulheres nos serviços nas redes pública e privada, sobretudo das mulheres negras.

- Assegurar assistência qualificada e humanizada à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério, a fim de reduzir a morbimortalidade materna, especialmente de mulheres negras.

- Ampliar o número de serviços e promover a assistência qualificada e humanizada nos casos de abortamento inseguro e de aborto legal.

6) Saúde mental

O processo de implementação da Política de Saúde Mental no Brasil ocorre a partir da promulgação da Lei n. 10.216 de 2001. Essa Política preconiza: o aumento progressivo de uma cobertura assistencial em saúde mental extra hospitalar, de

base comunitária, principalmente; o direito do sujeito com transtorno mental – de ser tratado em serviço comunitário de saúde mental, com vistas à inserção na família, no trabalho e na comunidade; a constituição de uma rede de atenção organizada de forma horizontal, com o centro de comunicação na atenção primária, de forma completamente oposta ao sistema hierarquizado que incentiva a lógica hospitalocêntrica e a burocratização das ações e intervenções (BRASIL, 2001).

A Política de Saúde Mental incluída no SUS é clara quanto à construção de uma rede de atenção à saúde mental que substitua o modelo hospitalar de cunho asilar. Temos, portanto, um novo paradigma na área da saúde mental e, consequentemente na atenção às pessoas que consomem drogas.

Assim, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são os dispositivos principais e estratégicos para lidar com as demandas a partir de uma lógica psicossocial que considera diversos fatores (políticos, biológicos, psicológicos, sociais, entre outros). Esses serviços assumem o papel de organizador e regulador dos serviços de saúde mental e os usuários dos serviços dessa Política passam, então, a terem um novo posicionamento no processo de tratamento, pois deixam de serem sujeitos com sofrimentos psíquicos para agentes da possibilidade de mudanças.

Em um momento em que se evidencia a necessidade de consolidarmos uma Política a partir das diretrizes nacionais do Ministério da Saúde, com propostas historicamente consolidadas pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica e construídas democraticamente nas Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental, assistimos a um cenário em que se elege o financiamento prioritário de Comunidades Terapêuticas Religiosas e internações compulsórias em detrimento ao fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Essa prioridade contraria os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e enfraquecem a frágil rede estadual de saúde e assistência prestada às pessoas que demandam principalmente tratamento na área da dependência química.

Neste sentido, destacamos como fundamental:

- A estruturação em primeiro lugar dos: CAPS, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), leitos em hospitais gerais, ambulatórios, Programa de Volta para Casa, além das ações de saúde mental na atenção básica (atendimento individual e/ou em grupos aos indivíduos e famílias, oficinas terapêuticas, estratégias de prevenção, etc), que podem ser desenvolvidas através das equipes mínimas de saúde mental articuladas à Estratégia de Saúde da Família;

- A implementação de uma rede de atenção conforme preconizada na legislação estadual: a) em nível ambulatorial, através da unidade básica de saúde, CAPS e ambulatório especializado em saúde mental; b) em nível hospitalar, através de hospital-dia, serviço de urgência psiquiátrica, leito ou unidade psiquiátrica em hospital geral e hospital especializado em psiquiatria; c) em serviços residenciais terapêuticos, através de casa lar, pensão protegida, centros de convivência (ESPÍRITO SANTO, 2001);

- O fortalecimento dos princípios da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial no estado do ES, no sentido de fazer enfretamentos ao modelo asilar que persiste nas instituições de tratamento a partir do víeis único da internação;

- A defesa intransigente da Política de Redução de Danos;

- Fortalecer e apoiar a criação dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas sobre Drogas (e demais instâncias de controle social) em todos os municípios do estado para que financiamento, planejamento e avaliação sejam garantidos na implementação dessa Política;

- Convocar a Conferência Estadual sobre Drogas e de Saúde Mental subsidiada por Conferências Municipais para garantirmos o debate democrático e público da formulação dessas Políticas no território capixaba;

Propomos ainda:

- reforçar os investimentos na Atenção Primária em Saúde, priorizando a Estratégia de Saúde da Família. Assim, reduziremos a necessidade de atendimento hospitalar,

desafogando as redes de referência regionais e estadual;

- Ampliar concursos públicos, na perspectiva de atenção integral à saúde com equipes multiprofissionais;

- Criar incentivo aos profissionais que queiram trabalhar no interior;

- Implantar uma Política Estadual de Saúde que leve em consideração os recortes raciais, de gênero, orientação sexual, de faixa etária e de pessoas com necessidades especiais e com doenças crônico degenerativas;

- Implantar um efetivo controle social do SUS através do Conselho Estadual de Saúde, das Conferências de Saúde, assegurando protagonismo aos movimentos sociais que atuam neste campo;

- Fortalecer o papel das Comissões Intergestoras Bipartites Regionais;

- Implantar o planejamento participativo e estratégico no processo de construção do Orçamento da Saúde;

- Implantar o plano de carreira, cargos e remuneração dos trabalhadores da saúde estadual;

- Fortalecer o Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), garantindo a ampliação de aparelhos estaduais de SAN como cozinhas comunitárias, restaurantes populares e banco de alimentos, entendendo a segurança alimentar e nutricional como uma política intersetorial, bem como, firmar articulação com as demandas formuladas pelos movimentos sociais da área.

3.2 Educação: escolas públicas democráticas e de qualidade!

Acreditamos que a educação deve ser compreendida como um direito e não como mercadoria. Defendemos uma educação realmente pública, gratuita, de qualidade e orientada à serviço da classe trabalhadora. Combatemos a lógica do individualismo

e da competição que a classe dominante impõe ao sistema educacional. Construímos uma perspectiva educacional calcada no respeito à diversidade, ao direito à livre orientação sexual, no combate às relações desiguais de gênero e no combate à todas as formas de opressão. Esses são princípios que defendemos. Assim, uma política de educação transformadora deve estar orientada nessa perspectiva, como exercício
pleno da liberdade criativa e transformadora dos seres humanos e não como uma forma de adestramento e conformação ao sistema.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES PARA UMA EDUCAÇÃO COMO DIREITO

Solidariedade e responsabilidades coletivas, face ao individualismo e competitividade

O direito à educação é um direito humano indivisível, interdependente e exigível. Ele está assentado em diferentes jurídicos nacionais e internacionais formando um arcabouço que contribui para sua proteção. O sistema de ensino atual, resultante a subordinação às regras das Instituições Financeiras Multilaterais na figura do Banco Mundial, tem servido para perpetuar as desigualdades e manter a segmentação de classes sociais, dessa forma o segmento mais impactado por esse sistema educacional são as populações pobres e negras e dentre elas as mulheres.

Acreditamos que a emancipação humana a partir da auto-organização da população de forma solidária, será possível se for garantida a educação como um direito humano. Defendemos a efetivação de avaliações que não tenham caráter meritório e excludente. Queremos uma escola que emancipe e transforme e não que reproduza a lógica de uma educação bancária.

Democratização da gestão

A gestão participativa é fundamental na construção de uma educação transformadora e de qualidade. Pensar a escola pública de forma integral significa não apenas reconhecê-la como espaço de transmissão sistematizada de conhecimento, mas como espaço de socialização, algo fundamental para mudança

de hábitos, comportamentos, valores e visão de mundo. Nossa concepção de escola pública considera como princípio o exercício da democracia direta da população atendida por ela, o que dá sentido a própria ideia de escola, ou seja, como uma comunidade de aprendizagem e construção da emancipação humana.

Recursos públicos para a gestão dos equipamentos públicos

O processo de terceirização corresponde a uma ofensiva do capital para fragilizar a classe trabalhadora, pois desobriga o Estado das responsabilidades de empregador e as transfere para o setor privado; o Estado perde sua titularidade. A terceirização, portanto, contribui para o processo de privatização e, diferentemente do que muitos afirmam, este processo é mais oneroso para o Estado, além de possuir uma essência antidemocrática. Compreendemos como fundamental a utilização de recursos estatais para a gestão dos equipamentos públicos, vinculados às esferas de controle social e a importância da realização de concursos públicos.

Efetivação do Direito à Educação

Defendemos incondicionalmente a efetivação do direito à educação, em suas mais variadas formas, dando ênfase aos processos escolares de formação. Trata-se ainda da garantia da permanência do conjunto dos estudantes nas escolas, a partir de uma escola integral, que seja espaço de vivências coletivas baseadas em um currículo amplo, que reduza o abismo cultural entre as atividades fundamentalmente teóricas e as práticas.

Valorização dos/as profissionais da educação

A temática da valorização dos profissionais da educação não pode ser entendida como uma proposta feita, exclusivamente, para acolher os desejos coorporativos; ela é compreendida como um dos pilares essenciais para a efetivação do conceito de “educação integral”. A política educacional que vem sendo implantada pelos últimos governos estaduais rompe com a isonomia, desmonta o sistema de carreiras no funcionalismo público, compromete a paridade entre “ativos” e “aposentados” e cria entre o conjunto dos servidores um clima de competição e insegurança.

A incorporação dos aditivos representa hoje uma falsa prioridade porque a realidade exige outra pauta na luta dos profissionais da educação, uma vez que existem outras demandas mais urgentes e necessárias para esses trabalhadores e trabalhadoras como uma política de valorização desses profissionais que deveria compreender: capacitação, aumento de salários, uma adequada alocação dos profissionais de educação nas regionais, serviço de vigilância diurno e noturno, ou seja, a política de valorização ampla do trabalho educativo deve ser o centro da política estadual.

Instalações e equipamentos

I – A escola, um espaço gostoso de estar

A escola precisa constituir-se em num lugar agradável de estar, onde estudantes sintam prazer em voltar no dia seguinte. Banheiros higienizados, refeitórios limpos, quadras esportivas, espaços de recreações e jogos, ambientes convidativos para leituras, pátios arborizados, jardins cuidados e recantos para estar e conversar são elementos que devem se constituir como matrizes importantes na definição dos perfis arquitetônicos das escolas públicas. Salas de aula agradáveis, planejadas com adequados padrões de conforto térmico, luminosidade e acolhimento, não devem ser privilégio de poucos e sim direito universal. Também defendemos que as instalações do espaço escolar propiciem a acessibilidade para os portadores de deficiência, que devem ter condições de alcance e entendimento, para que possam desenvolver a construção do seu conhecimento com condições de igualdade, segurança e autonomia.

II – A escola, um espaço gostoso de aprender

Para além do “espaço gostoso de estar” e para não descuidar da intencionalidade que lhe deve ser própria (o princípio da educação integral) a escola precisa equipar-se de instrumentos e materiais que são essenciais para estimular as diversificadas e criativas aventuras no campo da cultura. Mais do que ter agradáveis bibliotecas e salas de leitura é preciso garantir que nesses espaços crianças e adolescentes encontrem livros didáticos, para-didáticos e literatura infanto-juvenil, revistas e uma

variedade de outras publicações que possam conduzi-las pelas novas veredas que deverão abrir-se no mundo das letras.
Nossa gestão assegurará a navegação pelos mares da *web*, ou seja, dotará as escolas de equipamentos de informática e acesso à rede mundial de computadores, além de lhes garantir uma significativa quantidade de materiais lúdicos e educativos, disponíveis em mídia digital e com acessos locais. Serão disponibilizadas instalações laboratoriais e materiais que ofereçam condições adequadas para que os experimentos possam constituir-se em elementos usuais das elaborações de conteúdos, aliados a uma nova compreensão da relação ensino-aprendizagem.

De modo semelhante, as vivências com linguagens artísticas (artes musicais, dramáticas e plásticas) serão valorizadas como estratégias de ampliação do papel educativo das escolas, entendendo-as como relevantes para o desenvolvimento pleno das potencialidades e sensibilidades. Para tanto, serão garantidos espaços condições para que professores e alunos possam trabalhar com tintas, barro e outras texturas, além de atuar em grupos, ensaiar e produzir peças teatrais, apresentações de dança ou de grupos musicais.

Educação de jovens e adultos

A educação de jovens e adultos não pode ser de “segunda ordem”. Todos têm direito a uma educação que vise não só a inserção no mercado de trabalho, mas, sobretudo, a formação da cidadania plena. Vamos ampliar o número de salas para educação de jovens e adultos.

Propomos:

- Erradicar o analfabetismo no Espírito Santo com programas que contemplem, obrigatoriamente: domínio gradativo do conhecimento da língua portuguesa e da reflexão crítica sobre sua utilização social; introdução à história, à matemática e às ciências, enquanto instrumentos de compreensão da realidade social e do mundo do trabalho, e de melhoria da qualidade de vida; desenvolvimento de ações culturais para todos; atenção as pessoas com deficiências e necessidades especiais e respeito às questões de gênero, etnia, diversidade sexual e raça, enfim, respeito às

diferenças.

- Universalizar, progressivamente, o ensino médio gratuito, sob responsabilidade do poder público, considerando a indissociabilidade entre o acesso, a permanência e a qualidade da educação escolar;

- Realizar a partir do primeiro ano de governo eleições diretas e paritárias dos dirigentes das unidades escolares, com a participação de toda a comunidade escolar, de acordo com seu projeto político-pedagógico e administrativo, amplamente divulgado aos interessados.

- Implementar a cooperação com os municípios no sentido de ampliar a oferta de vagas para a educação infantil.

- Criar formas mais flexíveis de organização escolar para a zona rural, bem como a adequada formação profissional dos/as professores/as, considerando a especificidade do alunado e as exigências do meio. Idêntica preocupação orientará a educação de grupos étnicos, como os negros indígenas e quilombolas, que precisam ter garantia de preservação da identidade e da cultura, assumindo a política de educação no campo como política pública;

- Assegurar o funcionamento dos Conselhos Escolares com representação paritária e deliberativos, como instrumentos de construção coletiva e democrática das propostas político-pedagógicas das unidades escolares;

- Adequar o ensino noturno público e gratuito, regular ou supletivo, de nível fundamental e médio, em cada etapa de escolarização, às necessidades do alunado, por meio de compatibilização de horários para alunos trabalhadores, de opções curriculares, programáticas e metodológicas específicas, de distribuição harmônica do tempo, e de acesso a todos os recursos pedagógicos e culturais da escola.

- Garantir e ampliar, progressivamente, a oferta de educação profissional, gratuita e de qualidade, nos níveis fundamental, médio e superior nos sistemas públicos de ensino.

- Articular as agências formadoras, associações profissionais, organizações sindicais, agências empregadoras e governo para debater e reorientar a política de educação e formação profissional.

- Implementar, em todas as instâncias, formas democráticas de gestão com participação paritária de governo, usuários e trabalhadores.

- Pesquisar e incentivar novas formas alternativas de educação do trabalhador;

- Criar a Universidade Pública Estadual do Espírito Santo (UPEES), assegurando recursos para o pleno aproveitamento da capacidade física a ser instalada para o ensino, a pesquisa e a extensão; e a sua relação de produção, difusão e apropriação do conhecimento para o Estado em geral e para comunidades específicas como indígenas, quilombolas, produtores rurais, etc.;

- Definir políticas e desenvolver projetos de Ciência & Tecnologia (C&T) voltados para os interesses locais, regionais, nacionais e para a melhoria da qualidade de vida da população, valorizando e respeitando as características e necessidades regionais e identitárias;

- Rever no prazo de um ano o plano de carreira, cargos e salários do Estado em todos os níveis e modalidades.

- Fim da terceirização da merenda e cumprimento do PAA (Plano de Aquisição de Alimentos), adquirindo alimentos diretamente da pequena agricultura.

3.3 Transporte público e mobilidade humana

Hoje, consideramos pouco pronunciar a palavra Mobilidade. Queremos que ela venha adjetivada, explicitando o que defendemos prioritariamente: Mobilidade Urbana e, sobretudo, Humana. A aproximação desses dois termos representa, mais do que palavras, nossa visão de mundo e a franca evidência da importância da

Mobilidade para as pessoas, com o foco no Bem Viver coletivo, na pluralidade e diversidade de movimento, no pulsar cotidiano da vida. Mobilidade, para nós, é viver. Se é assim, todos os esforços para construir espaços urbanos vivos está inevitavelmente aliado à Mobilidade.

Mobilidade Humana, como a defendemos, possibilita a criação de contornos para os encontros e relações sociais. Agrega as diferentes temporalidades e formas de ocupar o campo e a cidade. Portanto, sua amplitude vai muito além de organizar e gerir os deslocamentos. Intencionamos oferecer formas de mobilidade qualitativamente superiores aos deslocamentos por automóveis e motocicletas, de forma que a população utilize seus veículos particulares em situações mais esporádicas e as ruas possam oferecer condições de mobilidade mais eficientes e dignas pelo transporte público e não motorizado.

O transporte público, o uso das calçadas e os espaços de acolhimento dos modais não motorizados como bicicleta são prioridades para nós. Portanto, Mobilidade Humana volta-se a considerar formas e culturas de percorrer os traçados urbanos, muito além do que a lógica produtivista ditada aos transportes públicos do campo e da cidade. Defendemos o direito de estar no território integralmente e para isso os modais de transportes e o acesso universal a todos eles une, reúne e aproxima.

Por isso, Mobilidade é mais que simplesmente uma palavra para nós. É mais do que sonho ou utopia. Mobilidade, como a entendemos, é real e vem se tornando cada vez mais possível entre incontáveis locais no mundo inteiro que já escolheram outras formas de viver.

Sabemos das dificuldades que envolvem a transformação do modelo instituído. Acreditamos que com a população do Estado tenhamos condições de planejar, organizar e executar as ações necessárias para que o Espírito Santo seja referência de bem viver: lugar de respeito aos pedestres e de pessoas com mobilidade reduzida, lugar de ciclista se sentir bem e à vontade de usar as vias, lugar que em que as pessoas que residem no interior do Estado possam ir e vir tranquilamente, lugar onde o transporte público é utilizado por todos e seja visto como respeitoso e digno, lugar de calçadas amplas, ruas arborizadas, pessoas ocupando os espaços

da cidade.

O contexto atual é hostil às transformações que queremos. Por outro lado, caso a situação e a prioridade de mobilidade continue centrada no transporte individual motorizado, é bem possível que as saídas aos problemas acumulados sejam ainda mais difíceis. O colapso da mobilidade e da organização espacial das nossas cidades é certo. Os danos à natureza, à vida humana e sua saúde integral já são alarmantes. O poder público – em escala federal, estadual e municipal – tem paradoxalmente discursado em prol da mobilidade urbana sustentável, mas a prática mostra cada vez mais incentivos e rendição à indústria automotiva.

No contexto macro, a situação no mundo também é bastante preocupante. São 195 países, 7 bilhões de pessoas, 149,3 milhões de km² de extensão territorial, 1 bilhão de veículos e 700 milhões de automóveis. Em 2011 foi registrado que 1,3 milhões de pessoas foram vítimas de acidente de trânsito no mundo, com 50 milhões de feridos. 90% dos acidentes com vítimas eram de países emergentes (Brasil, Rússia, Índia e China).

Nos países ricos as mortes por acidentes de trânsito diminuíram. No Brasil a situação é grave em vários sentidos. Somos um país com a 5ª maior população mundial, 5.561 municípios distribuídos em 8,5 milhões de km², com densidade média de 22,4 hab/km². Dados do Denatran apontam que até abril de 2012 o Brasil possui uma frota de 72.242.959 veículos, dos quais 56% de automóveis e 22% de motocicleta. No tocante a acidentes de trânsito tivemos no Brasil, em 2010, 48.844 mortes, 22,4 óbitos/100 mil hab e uma média de 3.573,66 mortes/dia. O Espírito Santo, 14º em população (3.838.363 habitantes), é o 11º em frota, com 1.592.362 veículos. Ocorreram aqui 49422 acidentes de trânsito, 15977 com vítimas (dados de 2011).

Enquanto os custos totais com acidentes de trânsito no Brasil superam a marca dos 5 bilhões de reais, segundo o IPEA, em 2011 as matrizes receberam US$ 5,6 bilhões das montadoras de automóveis no Brasil. Houve um aumento de 4,7% na vendas totalizando 5,57 milhões de unidades vendidas em 2011. Somos insurgentes diante dessa lógica que tem beneficiado a indústria automotiva, deixando pelo país uma

conta altíssima a ser paga pelos contribuintes com os gastos na saúde pública, no sistema previdenciário, além de grandes perdas e transtornos às vítimas e suas famílias. É na mobilidade humana que podemos enfrentar o perverso dessa realidade.

Para um estado mais humano, portanto, precisamos de qualidade e priorização do transporte coletivo, do respeito aos ciclistas, da criação efetiva dos espaços para as bicicletas nas vias públicas, de calçadas dignas de circulação para todos, acessibilidade que considere os cadeirantes, pessoas com dificuldade de locomoção, idosos e crianças, da efetivação do respeito aos pedestres, de ações de restrição de uso do transporte individual motorizado e de espaços urbanos voltados de fato para as pessoas.

Nesse sentido propomos medidas que serão desenvolvidas de forma conjunta entre Estado e municípios:

- a conclusão e a ampliação, em caráter de urgência, das ciclovias na Grande Vitória e nos principais centros urbanos do Espírito Santo, que permitam o acesso ciclístico às localidades estratégicas das cidades.

- a implantação de um sistema público de disponibilização de bicicletas, com estações espalhadas pela Grande Vitória, de onde os condutores cadastrados possam retirar as bicicletas. A adoção deste meio de transporte alternativo será benéfica à saúde dos usuários e ao meio ambiente, contribuirá para a desobstrução do trânsito e para a redução da emissão de poluentes na atmosfera.

- suspensão do edital de concessão do sistema aquaviário na Baía de Vitória, e encampação do projeto, que passará a ser realizado pela Ceturb, que terá sua estrutura administrativa adequada para esta função.

- em um período de transição, será feita uma revisão imediata das concessões do serviço público de transporte coletivo, no sentido da maior regulação estatal e o acompanhamento da sociedade civil organizada, buscando-se a eficiência do serviço, que deve ser mais ágil, agradável e pontual, e considerando ainda a possibilidade de rescisão dos contratos prejudiciais à população. Neste período, o Estado investirá na qualidade dos veículos coletivos e o Conselho Tarifário discutirá as planilhas de custo tendo em vista a diminuição do lucro das empresas e a

proteção de um preço tão acessível que desestimule o uso do meio de transporte particular. O objetivo é a implantação de um sistema público de transportes.

- expansão dos horários existentes, para que as linhas circulem 24 horas.

- implementar a Tarifa Zero, nos moldes propostos em São Paulo/SP por Lúcio Gregori, financiada por um fundo específico para esta finalidade.

- criação de Secretaria de Mobilidade Humana, dotando-a de estrutura interna capaz de planejar e executar ações prioritariamente voltadas ao transporte público e não motorizado em detrimento do transporte individual motorizado, com o objetivo de implantar medidas tais como: ciclofaixas, ciclovias, corredores exclusivos de ônibus, vias exclusivas para pedestres, ações educativas, melhoria de calçadas, medidas de moderação de tráfego e demais estratégias de gestão da mobilidade.

- realização da Conferência Estadual de Mobilidade e criação do Conselho Estadual de Mobilidade, instância participativa de controle social das políticas públicas de mobilidade.
- elaboração do Plano Estadual Participativo de Mobilidade Humana (incluindo o plano cicloviário).
- criação de sistemas de informação dos itinerários de linhas de ônibus nos municípios em que não existem e expansão do serviço nos municípios em que eles existem: sistema telefônico informativo, lista e mapa de linhas disponíveis nos pontos de parada.
- melhoria nos sistemas de dados e acompanhamento estatístico de acidentes de trânsito, ocorrências e situação dos transportes públicos, geoprocessamento e cruzamento de dados com a Secretaria Estadual de Saúde, sistematizando o monitoramento de mobilidade.
- requalificação dos pontos de parada do transporte público.

3.4 Cultura para todas/os!

O capital exige de nós o nosso corpo e o nosso pensamento. Nos torna seres precarizados pela lógica da produção e da produtividade, vampirizando nossos desejos, nossas forças, nossas vidas, nos limites da mercadoria e do controle. E no âmbito da cultura isso não é diferente.

Para o PSOL, a cultura está além da produção mercadológica. O fortalecimento da cultura local é de suma importância para nosso governo.
Sendo assim,
- É possível que pensemos e transformemos as escolas estaduais em Centros de Artes e Pensamentos. Lugares com teatro, galeria de arte, cinema, com escolas de arte, com centros musicais, centros de fotografia, de dança, de novas mídias e de literatura. Em cada escola, uma Comunidade de Artes e de Pensamentos;
- É possível que pensemos e realizemos a construção/invenção de instituições de arte - com orçamento, concurso público e editais para efetivar suas programações.
- É possível que pensemos e realizemos um efetivo sistema estadual de bibliotecas, distribuído por todo o estado e com referência na Biblioteca Pública Estadual;
- É possível que pensemos e realizemos uma política editorial, dando apoio a iniciativas de editoras, à criação de livrarias e sebos;
- É possível que pensemos e transformemos as praças públicas, em parcerias com os municípios, em locais de convívio e práticas culturais;
- É possível que incentivemos e realizemos as festas populares como ritos de afirmação de nossa história, de nosso sentimento de nossas comunidades, sem submetê-las à lógica dos espetáculos mercantilizados;
- É possível que valorizemos os saberes populares, de modo que possamos manter vivas as nossas raízes e garantir que as diversas práticas culturais continuem a ser exercidas e compartilhadas;

3.5 Direitos Humanos e segurança humana

Direitos humanos são históricos. São a expressão de sujeitos que se fazem sujeitos quando demandam sua dignidade. Esta historicidade dos direitos nos permite entender que o processo de formação de sujeitos e de luta por sua dignidade - a luta por direitos faz parte do rol de instrumentos da luta para alcançar a dignidade - é aberto, não linear, contraditório. Os direitos de trabalhadores, mulheres, negros e negras, jovens, homossexuais, crianças, idosos, pessoas com deficiência nascem na medida que estes sujeitos se organizam e, pela consciência e ação pública, se fazem presentes na esfera pública pressionando pelo alargamento democrático e pela recusa concreta das opressões e da invisibilidade.

Vivemos um tempo histórico em que há destituição de direitos. A matança de jovens, o feminicídio, os crimes de ódio e intolerância demonstram a presença (e crescimento) entre nós de uma cultura de poder segregadora e exterminadora. O medo habita o estado em todas as suas regiões. O medo é um instrumento político tanto quanto a intolerância. Não por acaso nos locais em que se tem muito medo, há uma enorme aceitação das lógicas de repressão e anulação do outro.

Esta destituição de direitos gera conflito sociais. Entendemos a violência como expressão da ausência de tecidos de solidariedade, como explosão da negação de indivíduos e coletivos. A sociedade contemporânea, na sua lógica hiper-consumista e hiper-individualista, produz conflito em larga escala. A violência urbana é nosso maior conflito interpessoal e intercomunitário. A resposta tradicional a este conflito é a repressão, organizada pelo Estado ou privatizada (formal ou informalmente). A repressão não se mostrou em lugar algum do mundo uma estratégia de redução do conflito. Ao contrário, sua presença aumentou o encarceramento e a morte, sobretudo, de jovens, negros, pobres das periferias urbanas. O Espírito Santo é um dos estados recordes do país em homicídios de jovens. Viver aqui é como viver em uma UTI, entre a vida e a morte.

Compreendemos que a política de direitos humanos deve ser transversal. Todos os serviços do poder público devem estar orientados a uma lógica de realização e expansão da dignidade das comunidades e de seus membros.

O PSOL compreende os direitos humanos como uma conquista das lutas históricas da classe trabalhadora para impor limites à ação destruidora e ilimitada do capital. Estão fundados nos princípios da universalidade com respeito à diversidade, na indivisibilidade e na interdependência. São abrangentes, compreendendo os direitos civis e políticos; os econômicos, sociais e culturais; os ambientais; os de solidariedade (desenvolvimento e autodeterminação dos povos).

Assim, todas as políticas propostas pelo PSOL estarão orientadas por tais princípios e visam a promoção e a proteção dos direitos humanos e a reparação de suas violações.

Nesse sentido, o PSOL irá pautar o desenvolvimento de suas ações nas diretrizes estabelecidas na versão original do PNDH 3, retalhada pelo Governo Lula, assim como nos Tratados, Convenções, Conferências internacionais que versam sobre os direitos humanos, pactuados pelo Brasil.

Publicaremos e implementaremos a versão original, conforme elaborada pela sociedade capixaba, do Programa Estadual de Direitos Humanos (PeDH) e do Plano Estadual de Educação em Direitos, em especial, nos itens vetados pelo Governo Casagrande, tais como: 1)a criação de ouvidorias de polícias independentes, com ouvidores e/ou ouvidoras protegidos por mandato e escolhidos/as com participação da sociedade; 2) a implementação da Secretaria de Estado específica para as questões dos Direitos Humanos no Estado do Espírito Santo; 3) assegurar que os locais de cumprimento de medidas socioeducativas contemplem os requisitos de acessibilidade em geral, garantindo que as unidades de internação disponham de alas específicas para internas grávidas, dentre outras propostas.

Medo e a estratégia repressiva

O Espírito Santo tem repetido lógicas tradicionais. A conflitualidade social explodiu. Com ela o medo se impõe como um sentimento presente em todas as regiões do estado, em especial, a Região Metropolitana. O mercado de varejo de drogas, sobretudo do crack, é apresentado como o grande propulsor desta conflitualidade. A resposta óbvia é demanda de “ordem e segurança”. Esta demanda se realiza sobretudo direcionada às forças policiais ou demais estruturas da segurança pública.

Nosso desafio é conjugar a ampliação da política de direitos humanos e de proteção social. Para tanto, é necessário mudar a lógica da política de segurança que deve ser entendida como direito social das pessoas e não da propriedade privada. Defenderemos um amplo debate na sociedade sobre a desmilitarização da policia, como medida necessária para estender a transição democrática a segurança pública. É preciso rever a instituição policial hoje treinada para combater inimigos e não respeitar direitos.

Em todos esses anos, a desmilitarização foi lembrada nos chamados “momentos de crise”, a partir de algumas ações desastrosas das polícias. Passados esses momentos, a desmilitarização voltava a ser uma pauta pouco lembrada. Nas eleições, mesmo com o tema da segurança pública sendo sempre debatido, a desmilitarização passava longe do debate, com exceção de alguns poucos momentos (nos processos eleitorais, o que mais temos visto é a defesa da “não-militarização de guardas municipais).

Mas os problemas advindos da militarização continuaram, não só nos momentos de crise. Os dados dos mapas da violência no Brasil mostram que temos uma das polícias que mais mata e morre no mundo e isso é amparado por uma legislação que premia punição e não garante direitos.

Em 2013, esse assunto ganhou novamente bastante relevância a partir da atuação truculenta da PM nas manifestações que reuniram milhares de pessoas Brasil afora. E, diferente de outros momentos, o debate prosseguiu, com a criação de comitês em defesa da desmilitarização, com a apresentação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) no Congresso Nacional e com a incorporação desse tema por movimentos sociais.

Esse é mais um dos temas que, após os protestos de junho de 2013, saiu do campo da utopia e passou ao campo da possibilidade. Mesmo os que não concordam com a desmilitarização, agora a enxergam como algo possível.

Neste cenário, o PSOL pauta este tema no processo eleitoral. Apesar de ser uma questão de competência federal, entendemos que os estados e o Distrito Federal, por controlarem as polícias militares, podem ter “medidas desmilitarizantes”, que poderiam servir como uma transição para uma desmilitarização completa. Essa transição pode começar, com:

1) Novo código de ética e disciplina para as polícias

Atualmente, o que baliza a ação cotidiana dos Policiais Militares no Espírito Santo é o Decreto n° 254-R, de 11 de agosto de 2000, que aprova o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, enquanto o Regime Jurídico dos Policiais Civis é regida pela Lei

Complementar n° 3400/1981, cujos principais conceitos e tipificações disciplinares são inspirados nos mesmos princípios norteadores dos regulamentos vigentes durante a ditadura de 1964.
Os códigos de disciplina da polícia militar e civil dão pouca atenção ao respeito devido aos cidadãos e aos Direitos e Garantias Fundamentais previstos na Constituição Federal e reforçados na Constituição Estadual. Uma mudança no modelo de atuação dessas polícias para constituir-se numa efetiva garantidora de direitos depende fundamentalmente da formulação de um novo regulamento ético-disciplinar que coloque a população como aquela que deve ser defendida pela polícia.

Além disso, apesar da permanência de dois órgãos específicos na área de Segurança Pública, não se pode negar a interdependência das atividades cotidianamente desenvolvidas pelos servidores de cada uma dessas ramificações, sendo também necessária a formulação de um regramento comum dessas atividades, visando à construção do ambiente de integração que servirá a futura estrutura legal da unificação das polícias.

2) Separação entre Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros

Essa medida visa distinguir as ações da Polícia e do Corpo de Bombeiros, que hoje estão, na maioria dos estados, sob o mesmo comando. Isso faz com que os trabalhadores bombeiros tenham o mesmo regime disciplinar e hierárquico da PM. Se isso já é antiquado para a Polícia, imagine para os bombeiros. Mas essa medida não pode significar o fortalecimento das castas superiores do Corpo de Bombeiros. Deve, portanto, ser combinada com uma democratização do órgão.

3) Regulamentação da jornada de trabalho de 30h para o Corpo de Bombeiros

No Espírito Santo, as jornadas de trabalho de policiais e bombeiros são extensas e cansativas. Além disso não há garantia de horas-extras ou outros benefícios que o trabalhador comum recebe. O comando considera que esses trabalhadores estão “a

disposição do estado” e por isso podem ser chamados ao serviço a qualquer momento.

É urgente que haja uma regulamentação das jornadas de trabalho, com a consequente diminuição das cargas horárias. Além disso, é preciso haver uma recomposição salarial, para que o “bico” não seja incentivado.

Em Minas Gerais, a jornada de trabalho foi regulamentada em 40h semanais e há um projeto de lei na Câmara dos Deputados que prevê a jornada de 30h semanais, semelhante a dos profissionais de saúde. O PSOL do Espírito Santo incorpora essa bandeira ao seu programa de governo estadual.

4) Carreira única

Hoje é possível entrar na área militar como praça (Cabo, Soldado ou Sargento) ou oficial (demais cargos, de maior patente) e não é possível, sem ser por um novo concurso, “subir” de praça para oficial. Essa divisão serve para criar um regime de medo permanente dentro da corporação e uma casta de funcionários que acabam apenas por exercer “posições de comando” e serviços administrativos.

Portanto, mesmo antes da unificação das polícias, é possível adotar medidas no âmbito estadual que colaborarão com a necessária reforma do modelo estrutural da Policia Militar, visando à construção do novo paradigma de segurança pública defendido pelo PSOL.

5) Controle externo e civil

Sabe quem julga um policial quando este é acusado de cometer um abuso? Um superior da mesma corporação, a partir de procedimentos internos e nada transparentes. Além disso, muitos dos crimes cometidos por militares em tempo de paz ainda são de Competência de juízes e Tribunais Militares, numa nefasta tradição herdada do período da ditadura.

No Espírito Santo, foi publicada em 2013 a Portaria 064-R, da Secretaria de

Segurança Pública, que restringiu ilegalmente a atuação dos Delegados de Polícia Civil na investigação de ocorrências com a participação de policiais militares, seja como autores ou vítimas, o que acentua ainda mais a falta de controle civil sobre a atividade militar.
Por conta disso, é urgente construir ouvidorias e mecanismos de controle externo e civil, similares aos que, depois de muitos e muitos anos, foram implementados, ainda que timidamente, no Poder Judiciário.

- Construção do Sistema Único de Segurança Pública no Estado, com a perspectiva de superar a dualidade histórica do setor de segurança e o distanciamento entre Polícia Civil e Polícia Militar. A integração progressiva entre as polícias em termos de estruturas, rotinas e procedimentos serão a base para se evoluir paulatinamente para a criação de uma instituição de ciclo completo. As duas polícias deverão estar subordinadas ao comando do Secretário de Segurança.

-Valorização e qualificação do policiamento preventivo e ostensivo centrado na modalidade de trabalho policial interativo (polícia comunitária), orientado pelo compromisso com o respeito e proteção dos direitos humanos, assegurada a ampla participação e o controle popular sobre a ação policial.

- Aparelhamento e qualificação técnica-científica da polícia civil para que sua função de investigação e elucidação dos crimes seja cumprida com eficiência.

- Reforma radical dos órgãos periciais, com garantia de sua autonomia de ação, atualização técnica permanente dos funcionários, valorização profissional, equipamentos modernos e adequados, com manutenção de convênios com universidades e institutos de pesquisa.

- Construção de novas delegacias, informatizadas, desburocratizadas e sem carceragens. As condições das atuais, completamente sucateadas, são um desrespeito ao público e aos policiais, além de violar os direitos humanos dos presos.

- Ampliação e fortalecimento das delegacias da mulher, dotando-as de melhores

condições técnicas para a investigação e o atendimento aos casos de violência 24 horas por dia.

- Manutenção de um plano de formação e qualificação profissional continuada para agentes policiais, fundado em novos valores e princípios (cultura de paz e não de guerra, respeito e proteção aos direitos humanos, garantia do cumprimento da lei).

- Criação de ouvidorias de polícias independentes, com ouvidores/ouvidoras protegidos por mandato e escolhidos/as com participação da sociedade.

- Garantir a previsão constitucional que garante autonomia administrativa, financeira e orçamentária para a Defensoria Pública Estadual.

- Efetivação da Ouvidoria Cidadã da Defensoria Pública Estadual para receber, encaminhar e acompanhar as denúncias, reclamações e sugestões dos usuários relacionados com os serviços prestados pela Defensoria, ampliando o acesso das populações pauperizadas, excluídas e marginalizadas da justiça gratuita, seja nos territórios urbanos ou rurais, garantindo a qualidade no atendimento e resolução dos conflitos;

- Regionalização da estrutura e dos serviços da Defensoria Pública Estadual;

- Estímulo à participação direta dos cidadãos, com a criação de mecanismos que assegurem a fiscalização e o controle social das políticas de segurança pública, a exemplo dos Conselhos comunitários nos bairros e regiões.

- Criação do Conselho Estadual de Segurança Pública com participação da sociedade.

- Controle rigoroso do uso da força letal (arma de fogo) por policiais civis e militares.

Política de execução penal e sistema prisional

A trágica situação dos presídios no ES vem sendo insistentemente denunciada pelos

movimentos de defesa dos direitos humanos ao longo dos últimos anos. A ausência de resposta por parte dos Governos Hartung-Casagrande só foi agravando o caos existente e o quadro de violações dos direitos humanos dentro dos presídios, culminando com as denúncias que ganharam repercussão pública em nível nacional e internacional. O que se verifica é um flagrante descumprimento da Lei de Execução Penal brasileira e total desrespeito às diretrizes previstas nos documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário, a respeito da organização dos sistemas prisionais estaduais e da proteção dos direitos humanos dos segregados.

São conhecidos os inúmeros casos de pessoas que permanecem presas com penas vencidas ou com direito à progressão de regime ou ao livramento condicional. Assim como não é novidade a permanência de um grande número de presos em celas superlotadas em condições desumanas, além das práticas correntes de tortura e violência no interior de presídios e delegacias. O Governo do PSOL atuará para reverter essa situação, tendo como base as seguintes diretrizes e ações:

- Assegurar a efetiva aplicação da Lei de Execuções Penais e do que prevê a Constituição Federal, garantindo a integridade e os direitos humanos dos presos.

- Participar ativamente na formulação de propostas para aprimorar a Lei de Execuções Penais, incorporando e regulamentando direitos não previstos.

- Ampliar e fortalecer os programas voltados para a aplicação de penas e medidas alternativas.

- Estimular a participação e o exercício do controle social sobre as políticas e ações desenvolvidas no sistema, mantendo o respeito à autonomia política das organizações de direitos humanos envolvidas.

- Instituir a Ouvidoria do Sistema Penitenciário.

- Criar órgão correicional, com atenção à fiscalização noturna.

- Ampliar a atuação da Defensoria Pública e assegurar a presença de defensores

públicos nos presídios.

- Incentivar a Defensoria Pública e o Poder Judiciário a realizarem mutirões para revisão periódica dos processos de execução penal da população carcerária.

- Garantir a implementação das ações de atenção integral à saúde dos presos, com a constituição de equipe de atenção básica nos presídios, contemplando também programas de atenção especial à saúde mental e à dependência de álcool e outras drogas.

- Aplicar nas unidades prisionais a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), mantendo programas específicos para as mulheres grávidas, com assistência pré-natal e celas específicas e adequadas para a sua permanência junto ao filho durante o período de aleitamento.

- Desenvolver programa de educação (escolarização) do preso, com conteúdos programáticos e linha metodológica específicas.

- Ampliar projetos de oficinas culturais e de teatro, além de atividades profissionalizantes e de geração de trabalho e renda.

- Investir na formação e qualificação profissional do quadro de servidores, com conteúdo programático específico e adequado. Criar plano de carreira para as diversas áreas profissionais.

- Criar unidades especiais para presos primários (provisórios ou condenados) que não tiveram contato com o sistema penitenciário.

- Assegurar o direito de visitas íntimas e regulares aos presos, bem como espaço apropriado nos presídios que levem em conta as diferentes orientações sexuais.

- Organizar e manter atualizado um Sistema de Informações sobre a situação dos presos.

- Ampliar e apoiar iniciativas de programas específicos para a reinserção social dos egressos do sistema prisional e a garantia de acesso às políticas sociais existentes.

3.6 Infância e Juventude são expressões essenciais da vida social

Há uma crescente criminalização da infância e juventude e uma brutal e insidiosa estigmatização da infância e juventude pobres. Injustamente, convencionou-se no debate público associar juventude e violência . O que é um erro brutal. O número de crianças, adolescentes e jovens autores de atos violentos é muito menor que o que a representação social faz crer. Não há como falar de infância no singular nem de juventude, mas, sim de infâncias e juventudes. Por isso, afirmamos a existência de uma demanda específica de reconhecimento por parte da juventude negra que vem sendo a maior vítima do processo de criminalização e, também, da violência urbana.

Assim, nosso ponto de apoio será estimular a auto-organização da juventude. A partir de um regular esforço de ampliação deste tecido auto-organizado, defendemos a transversalidade das políticas públicas de infância e juventude. Da autonomia e do protagonismo poderiam surgir ações auto-educativas da juventude para a juventude.

No caso da juventude negra, ocorre uma vulnerabilidade socioeconômica e civil maior que vem à tona de modo gritante, tanto pela exclusão do mercado de trabalho, quanto por um circuito de práticas de extermínio, e de outras modalidades de violência, cujas vítimas são jovens negros, pobres, de periferia, com idades entre 18 e 24 anos.

O Governo do PSOL vai valorizar e fortalecer o controle e participação da juventude sobre as políticas públicas a partir do diálogo com o Conselho Estadual da Juventude e demais organizações juvenis.

Além disso, persiste no ES um flagrante desrespeito aos parâmetros estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente no que diz respeito à aplicação de uma política pública estadual mais ampla que garanta de fato os direitos humanos desse segmento. A política de atenção ao jovem em conflito com a lei se reduz

praticamente ao atendimento àqueles que cumprem medida de privação de liberdade em unidades de internação, que funcionam segundo o mesmo modelo adotado nos presídios. São frequentes as denúncias de maus-tratos, torturas, mortes e violações dos direitos mais elementares dos jovens dentro dessas unidades. Para enfrentar essa situação o PSOL propõe:

- Formular um Plano Estadual, com metas e recursos orçamentários assegurados, que garanta a efetiva implementação da política de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente em todas as suas frentes, viabilizando a aplicação das diretrizes previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECRIAD). Será instituído um sistema de acompanhamento e avaliação do plano, assegurando a ampla participação da sociedade na sua formulação e no controle da sua execução.

- Fortalecer o Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, através da sua estruturação e qualificação da sua atuação, e em parceria com os municípios, reforçar o papel dos Conselhos Tutelares e de Direitos.

- Promover uma reforma radical no padrão de unidade de privação de liberdade adotado, substituindo-o por um modelo orientado pelos parâmetros estabelecidos no ECRIAD e SINASE, fazendo com que seja efetivamente cumprida a sua função socioeducativa, respeitando e garantindo os direitos e a integridade física dos adolescentes.

- Apoiar e incentivar a expansão de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto (liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade), entendidas como as melhores alternativas para o processo de reeducação e ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei.

- Garantir a escolarização, atendimento em saúde, esporte, cultura e educação para o trabalho nos programas de atendimento ao adolescente em privação de liberdade.

- Garantir aos adolescentes privados de liberdade e suas famílias informação sobre sua situação legal, bem como acesso à defesa técnica durante todo o período de

cumprimento da medida socioeducativa.

- Implantar corregedorias no sistema socioeducativo para investigar e punir agentes do Estado que praticam agressões, torturas e violam direitos dos adolescentes.

- Fomentar a criação de instâncias especializadas e regionalizadas do sistema de justiça, de segurança e defensorias públicas, para atendimento de crianças e adolescentes vítimas e autores de violência.

- Incentivar e apoiar os municípios na estruturação de redes para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

- Ampliar o acesso e qualificar os programas especializados em saúde, educação e assistência social, no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e de suas famílias.

- Desenvolver campanhas de informação sobre o adolescente em conflito com a lei, defendendo posicionamento firme contra a redução da maioridade penal ou ampliação de tempo de internação para adolescentes.

- Erradicar o trabalho infantil por meio das ações intersetoriais no Governo Estadual, com ênfase no apoio às famílias e educação em tempo integral, apoiando as iniciativas municipais que adotam tal estratégia.

- Adotar estratégias em todos os programas e projetos que garantam a não discriminação de crianças e adolescentes em razão de classe, raça, etnia, crença, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, prática de ato infracional e origem.

3.7 Combate as opressões

Como fazer uma administração pública que supere a lógica do poder-dominação machista, patriarcal, homofóbico, racista e adultocêntrico e que se converta para

uma lógica do poder-serviço. A serviço da dignidade humana, da igualdade na diversidade? Apontamos que toda gestão deve alicerçar-se em alguns princípios fundamentais:

1 – Igualdade e respeito à diversidade;
2 – Equidade;
3 – Autonomia;
4 – Laicidade;
5 – universalidade das políticas;
6 – Justiça social e ambiental;
7 – Transparência dos atos públicos;
8 – Participação e controle social.

Gênero

A realidade da vida das mulheres é muito dura:

- a cada 24 segundos uma mulher é vítima de violência
- as mulheres recebem em média 40 a 70% menos que homens
- 1 a cada 10 mulheres declaram já ter sido vítima de violência
- quase 50% das mulheres ganham 1 salário ou menos, enquanto 80,1% ganham no máximo 2 salários

A dupla jornada de trabalho, os salários baixos, o trabalho precarizado, a informalidade e a falta de direitos trabalhistas, a violência física, sexual e simbólica cotidianas e a grande dificuldade de acesso a serviços que deveriam ser de tod@s.

Quando o Estado se furta a produzir políticas públicas de igualdade de gênero, ele está reproduzindo um Estado machista e conservador, que contribui para manter a desigualdade entre homens e mulheres. Não existe meio-termo nesse caso. Mesmo as mulheres sendo, aproximadamente, 51% da população, somos excluídas no acesso aos direitos e na decisão política.

O PSOL deve contribuir para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres, reconhecendo que ela existe e reduzindo-a e combatendo-a. Sabemos que a partir

dessa desigualdade, as mulheres, como as principais responsáveis pelo cuidado e atenção aos familiares, sentem com mais força o peso (a falta) das políticas públicas nas diversas áreas.

A política é pensada por homens para homens. Precisamos incentivar a cidadania das mulheres, sua participação na política, tanto eleitoralmente quanto no controle social da gestão pública. Isso é importante para que construamos uma política realmente participativa e que, também, possa facilitar a produção e a implementação de políticas de igualdade de gênero. É necessário participação, controle e acesso a informação! Faltam políticas públicas com perspectivas de gênero e destinação orçamentária. Políticas que fomentem a construção de autonomia econômica, financeira, cultural e social das mulheres.

Hoje no ES, não temos uma Secretaria Estadual de Políticas para as mulheres. Ter essa secretaria seria um importante avanço, contudo, há a necessidade de que ela seja com autonomia de funcionamento, com destinação orçamentária, pessoal e capacidade real de articulação com as outras secretarias.

Não há como ignorarmos em nosso estado a grande violência contra as mulheres. O índice de feminicídio no ES é alarmante, sendo mais que o dobro da média nacional. É necessário pensarmos políticas e investirmos pesado no combate à violência contra as mulheres e no empoderamento e autonomia de todas as mulheres para que, assim, todos/as sejam iguais!

Não podemos deixar de demarcar a importância do controle pelas mulheres de seu próprio corpo, a liberdade de exercer a sua sexualidade, os direitos à integridade corporal e ao bem-estar, aspectos que remetem às concepções sobre os direitos sexuais e reprodutivos, gerando a formulação de políticas que visam assegurar a saúde integral das mulheres em todas as fases da vida e a garantia das escolhas sexuais e reprodutivas.

O governo do PSOL assume o compromisso de implementar um conjunto articulado de políticas e ações voltadas para a promoção e proteção dos direitos das mulheres, tendo em vista o combate e superação de todas as formas de opressão, exploração,

discriminação e violência. As políticas e ações afirmativas levarão em conta a diversidade étnica, racial, etária e de orientação sexual e todas as demais diferenças que fazem parte da vida das mulheres. Portanto, no caso concreto do nosso Estado, serão incorporadas às políticas, as necessidades e especificidades das mulheres negras, indígenas, quilombolas, camponesas, urbanas, privadas de liberdade, lésbicas, jovens, adultas e idosas.

Terão também como orientação as diretrizes estabelecidas nos instrumentos internacionais (Convenções, Conferências, Declarações) que versam sobre a defesa e promoção dos direitos humanos das mulheres, a eliminação da violência, da discriminação e de todas as formas de opressão.

Propomos:

a) prevenção e redução da violência doméstica e de gênero, com a criação, apoio e fortalecimento do conjunto das medidas e mecanismos previstos na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), assegurando o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, com atenção especial para:

a.1) fomento à criação no Estado de sistemas integrados e descentralizados de atendimento a vítimas e autores da violência.
a.2) criação, consolidação e aperfeiçoamento de redes e serviços de atendimento e de qualificação de profissionais que integrem as iniciativas existentes.
a.3) promoção e realização de campanhas educativas e de prevenção da violência doméstica e familiar.
a.4) divulgação dos instrumentos legais, nacionais e internacionais, de combate à violência e discriminação contra a mulher e de proteção aos seus direitos, com publicação em formatos acessíveis.
a.5) capacitação e qualificação contínua do atendimento às mulheres em situação de violência, através de cursos, palestras e treinamentos para a Polícia Civil e Militar, Defensoria Pública e demais profissionais envolvidos no atendimento, focados nas questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, violência.
a.6) garantia do acesso da mulher em situação de violência doméstica e familiar à justiça e à assistência jurídica gratuita através da Defensoria Pública Estadual, que

será fortalecida, devidamente estruturada e capacitada para tal.
a.7) criação e estruturação de Casas-abrigos regionais obedecendo a padrões de qualidade e de segurança para acolher as mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica.
a.8) implantação de novas Delegacias da Mulher onde houver necessidade e aperfeiçoamento das rotinas, procedimentos, recursos e instalações das Delegacias existentes.
a.9) apoio às iniciativas de estruturação dos Centros de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e de gênero nos municípios e regiões, com equipes multidisciplinares qualificadas, e com atendimento que assegure os recortes étnicos, raciais e de orientação sexual.
a.10) produção e sistematização de dados e informações sobre a violência contra as mulheres no ES, incluindo pesquisas de vitimização, dados sobre a atuação dos profissionais, visão das vítimas e agressores.

b) garantia de uma política de educação inclusiva e não-sexista, o que pressupõe minimamente:

b.1) inclusão no currículo escolar da rede estadual de conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, etnia, orientação sexual, violência, visando a uma formação não-discriminatória, orientada para o respeito aos direitos humanos e à diversidade.
b.2) promoção de ações educativas (não formais) no âmbito das instituições e da sociedade, voltadas para a construção de uma nova cultura, baseada em valores não-sexistas.
b.3) promoção do acesso à alfabetização e à educação básica e de qualidade às mulheres jovens e adultas.

c) garantia de atenção integral à saúde da mulher, aos direitos sexuais e reprodutivos com:

c.1) ampliação, qualificação e humanização dos serviços de atenção integral à saúde da mulher na rede pública estadual.
c.2) atenção às necessidades específicas das mulheres levando em conta as

diferentes fases de sua vida (criança, adolescente, adulta, idosa) e sua diversidade (negras, indígenas, quilombolas, camponesas, lésbicas, encarceradas etc.).
c.3) assistência ao planejamento familiar, incluindo os homens, mulheres, adultos, adolescentes.
c.4) prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis, do câncer cérvico-uterino e de mama.
c.5) atenção obstétrica e assistência psicológica e humanizada para as mulheres e adolescentes nos casos de abortamento em condições inseguras, com vistas à redução da mortalidade feminina nesta situação.
c.6) apoio ao projeto de lei que descriminaliza o aborto, considerando a questão como um problema de saúde pública.

d) garantia de condições que assegurem a autonomia e igualdade das mulheres no mundo do trabalho, através de:

d.1) fomento a ações e programas que contribuam para a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, ampliando o seu acesso à qualificação profissional e à alternativas de geração de trabalho e renda.
d.2) estímulo e apoio às iniciativas cooperativadas e associativas que favoreçam sua autonomia financeira.
d.3) medidas que assegurem o acesso das mulheres camponesas à assistência técnica e à titulação da terra.
d.4) apoio às lutas dos movimentos de mulheres pela ampliação da sua participação no mercado de trabalho, com garantia da equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho.

e) estímulo à participação e controle social, com:

e.1) estruturação e fortalecimento do Conselho Estadual da Mulher, composto majoritariamente pela sociedade civil, garantindo a efetiva participação de todos os setores do Governo e dos movimentos.
e.2) garantia da realização da Conferência Estadual da Mulher.
e.3) apoio e fortalecimento às iniciativas dos movimentos de mulheres.

3.8 Políticas para a população negra

O Espírito Santo possui mais de 56% de sua população constituída de afrodescendentes. Além disso, possui história marcante e reconhecida de resistência protagonizada por esse povo. Como exemplo disso podemos citar a Revolta de Queimado e as grandes batalhas empreendidas pelas negras e negros nos territórios, desde o período da escravidão até os dias atuais.

Ainda nesse sentido, o povo negro capixaba contribuiu efetivamente para a construção cultural, social e econômica do Espírito Santo. Vários traços dessa contribuição são extremamente visíveis em dias atuais e comprovam essa afirmativa.

Mesmo diante dessa constatação, infelizmente, a situação do povo negro no estado não é nada fácil. Os indicadores sociais desse segmento são os piores. Apesar de ser maioria em nosso estado, está sujeito a um sistema de saúde totalmente precarizado; a um modelo de educação sucateado e excludente; à falta de investimento nas áreas sociais; a uma política de segurança pública repressora e autoritária; à falta de acesso à justiça; às infra-estruturas deficitárias das periferias, e à falta de interesse governamental na titulação e reconhecimentos dos territórios quilombolas, entre tantas outras vicissitudes.

Os governos Hartung-Casagrande, além de não implementarem políticas universalistas, não empreenderam esforços para resolver as milhares de mazelas sociais existentes e não adotaram nenhuma política afirmativa para reverter essa precária situação em que o povo negro capixaba se encontra.

Ao contrário, o modelo de administração voltada para gestão dos privilégios da burguesia local e das grandes empresas transnacionais afasta qualquer possibilidade e tentativa de resolver os problemas estruturais dos excluídos e das excluídas do nosso estado, principalmente da população negra capixaba.

Apesar disso, o povo negro continua resistindo e lutando pela garantia efetiva de

seus direitos e por uma sociedade livre do racismo e da exploração do ser humano pelo ser humano. Nós, do PSOL, reconhecemos a importância da resistência do povo negro e propomos em prol desta população as seguintes políticas:

- Implementação da Lei Estadual 7.723, que institui o Plano Estadual de Promoção da Igualdade Racial;

- Criação de uma instância institucional específica de promoção de políticas para o povo negro capixaba, ligada ao Gabinete da Governadora;

- Participação na aplicação do Decreto Federal 4887/03, que prevê a titulação, discriminação e arrecadação das terras em que se localizam os territórios quilombolas, especialmente arrecadando terras devolutas para a regularização destes territórios.

- Desenvolver o Programa Estadual de Combate ao Racismo Institucional, criando espaços de acolhimento de denúncias sobre intolerância racial nas diversas instâncias públicas e instituindo um programa de capacitação e de formação dos agentes públicos nesta temática;

- Recuperação das nascentes, rios e córregos, garantindo a soberania alimentar das famílias quilombolas;

- Implementação das políticas públicas específicas para a educação e a saúde dos povos tradicionais indígenas e afro-quilombolas, com a instituição de Planos específicos;

- Criação do Feriado Estadual de 20 de Novembro – Dia Estadual da Consciência Negra;

- Realização do Congresso Estadual dos Povos Originários Contra o Racismo, a Discriminação e todas as Formas de Intolerância, de caráter deliberativo.

- Criação do Programa “Estado Integrado” com o objetivo de combater a faxina

étnica nos territórios negros urbanos, coordenado pelos setores governamentais responsáveis pela políticas de promoção do povo negro.

- Criação do Programa Estadual de Formação de Professores em Cultura Negra, História Africana e Indígena coordenado pelos setores governamentais responsáveis pelas políticas de promoção do povo negro.

- Criação de um Programa de Combate ao racismo ambiental.

3.8 Diversidade sexual

As populações LGBT são extremamente vulneráveis em diversos aspectos. Muitos travestis têm seus corpos deformados ao usarem silicone industrial. O acesso a políticas de prevenção de DST e HIV/AIDS não são garantidos. Ainda há o *bullying* escolar, constrangimentos profissionais, a prostituição em condições que expõe as e os profissionais do sexo, a violência, e por vezes à drogadição. A realidade das populações LGBT é cruel: humilhações públicas, espancamentos, assassinatos, suicídios e tentativas, dificilmente contabilizados. Nosso programa responderá à violação de direitos e a invisibilidade social dessas populações com medidas que assegurem acesso e promoção dos direitos, e uma maior visibilização dessas populações, através das seguintes propostas:

- Promoção e defesa dos direitos do público LGBT;

- Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero, favorecendo a visibilidade e o conhecimento social.

- Participar da criação de um Centro de Referência de Enfrentamento ao Preconceito, Discriminação e Violência, assegurando atendimento psico-social e orientação jurídica especializada;

- Apoiar medidas legais que criminalizem a homofobia e reconheçam a união civil entre pessoas do mesmo sexo, e os direitos dela decorrentes, como adoção

homoparental, direitos previdenciários, direitos a partilhar como casal o plano de saúde.

- A secretaria de direitos humanos que propomos criar, criaremos um departamento de enfrentamento a práticas homofóbicas, sejam ela institucionais ou sociais, que esse departamento seja articulador de ações com a sociedade civil organizada, ligado diretamente ao gabinete de governo. Construiremos um plano de enfrentamento à homofobia, com dotação orçamentária, profissionais para implementação e criação de mecanismos que permitam a sociedade civil organizada monitorar a sua implementação.

- Implementação do uso do nome social para travestis e transexuais em todos os serviços públicos, com campanhas de orientação da nova postura do poder público;

- Lançamento de um plano estadual de saúde da população LGBT, que leve em consideração as necessidades desta população, como hormonização, transgenitalização, saúde preventiva de lésbicas, políticas de prevenção a DST e HIV/AIDS como, por exemplo, a distribuição de lubrificante como política de saúde, assegurando recursos para a implementação deste Plano;

- Criar um plano de enfrentamento a homofobia na escola, com estratégias de permanência e escolarização de homossexuais em particular travestis e transexuais evadidas de escolas;

- Fomentar a criação de núcleos de pesquisa e promoção da cidadania de LGBT , em parceria com a Universidade Federal do ES.

- Criar o Conselho Estadual de Direitos da População LGBT;

- Fortalecer as iniciativas do movimento LGBT, como a Parada e o Manifesto do Orgulho LGBT;

- Criar, nos formulários de órgãos estaduais, especialmente no sistema público de saúde, itens que permitam a identificação das populações LGBT;

- Organizar as informações oficiais sobre os crimes homofóbicos e as violações dos direitos da população LGBT, por meio da obrigatoriedade do registro nos atendimentos em órgãos públicos;
- Capacitação de agentes públicos, especialmente policiais, para realização de abordagens e atendimento adequados a estas populações.

3.9 Povos Indígenas

As comunidades indígenas no ES, assim como no restante do país, vivem em estado de permanente insegurança frente às investidas frequentes do grande capital sobre suas terras. No ES, a ameaça de extinção dos povos indígenas começou com a instalação da monocultura do eucalipto pela Aracruz nos anos de 1970, marcando o início de um processo violento de invasão do território desses povos originários, destruindo os bens que lhes são mais caros: a terra e a natureza.

Essa política, que recebeu e continua recebendo incentivos dos governos estaduais, também provocou destruição ambiental e extinção da agricultura familiar e da produção diversificada, essencial à vida e à sobrevivência dos povos da região e do ES.

A brava resistência do movimento indigenista com o apoio dos demais movimentos sociais frente a este quadro dramático vêm sendo alvo de discriminação, violência e ações de criminalização das lideranças e das suas organizações. Isto é reforçado pela inexistência de uma política indigenista voltada efetivamente para a defesa e promoção dos direitos desses povos, tanto por parte do Governo Federal como do Governo do ES.

O PSOL propõe:

a) apoiar e proteger as ações de demarcação de terras das comunidades indígenas no Estado, visando assegurar a sua integralidade, a manutenção e resgate das condições de reprodução das comunidades e de seus modos de vida.

b) implantar um sistema de proteção permanente em terras indígenas.

c) divulgar informações sobre os povos indígenas e seus direitos, combatendo a discriminação e a violência contra as comunidades e suas culturas.
d) incorporar na elaboração das políticas públicas os saberes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

e) garantir às comunidades indígenas a assistência à saúde, respeitando e valorizando os seus conhecimentos tradicionais e medicinais.

f) garantir o acesso à educação formal bilíngüe, com currículo adequado, com respeito às suas formas próprias de produção de conhecimento, assegurando a participação de representantes das etnias, indigenistas e especialistas em educação na formulação e acompanhamento da sua implementação.

g) apoiar as medidas que visam assegurar o acesso e permanência da população indígena no ensino superior, por meio de ações afirmativas e respeito à diversidade étnica e cultural.

h) apoiar as medidas de proteção dos direitos das crianças indígenas nas redes de ensino, saúde e assistência social, visando valorizar os seus modos de vida e a reprodução de seus valores culturais e etnoambientais.

Este programa visa sintetizar os anseios de todos os capixabas que querem uma sociedade mais justa, e estas são as propostas que defendemos para iniciar o processo de mudanças necessário para um Espírito Santo mais justo e mais democrático!

Vitória, 05 de Julho de 2014.